AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
http://ageconsearch.umn.edu
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

PEDAGOGIA DA ALTERNANCIA; UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NO CAMPO.

ALMIR ANTONIO GNOATTO; CELSO EDUARDO PEREIRA RAMOS; ENELDE ELENA PIACESKI; MARIA DE LOURDES BERNARTT;

UTFPR

PATO BRANCO - PR - BRASIL

almirgnoatto@yahoo.com.br

PÔSTER

CIÊNCIA, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E PESQUISA.

Grupo de pesquisa proposto:

12- Ciência, Inovação Tecnológica e Pesquisa
Forma de apresentação preferencial: **pôster**

PEDAGOGIA DA ALTERNANCIA; UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NO CAMPO.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir a proposta de Educação no Campo adotada pelas Casas Familiares Rurais (CFRs), na Região Sudoeste do Paraná, também conhecida como "Pedagogia da Alternância", procurando verificar a contribuição desta pedagogia para o desenvolvimento sócio-econômico cultural e educacional dos jovens rurais, suas famílias e comunidade. A Pedagogia da Alternância é uma proposta educacional que respeita as peculiaridades regionais, valoriza o modo de vida do homem rural, seus costumes e valores, conseguindo adequar-se às complexidades existentes na Agricultura Familiar, diferenciando-se da educação urbana adotada em municípios com características rurais ou até mesmo no ensino agrícola. Essa proposta educativa para o meio rural procura relacionar o processo de educação com seu público alvo, conciliando o trabalho na propriedade rural com a educação, valorizando o conhecimento do aluno numa interação entre a escola-família-comunidade, utilizando a interdisciplinariedade e os temas geradores no processo de ensino-aprendizagem. A Pedagogia da Alternância adotada nas CFRs tem contribuído para o resgate cultural e a elevação da auto-estima dos jovens rurais em relação à sua profissão de agricultores, também corroborando com a possibilidade da permanência do jovem no campo e a continuidade dos seus estudos, diminuindo, com isso, o alto índice de analfabetismo no meio rural. Entretanto, o simples emprego desta pedagogia não garante o sucesso da proposta, pois a mesma depende também de políticas públicas de incentivo que estejam inseridas dentro de um projeto de desenvolvimento local sustentável. Outro fator preponderante para o sucesso da Pedagogia da Alternância é o envolvimento da sociedade como um todo no projeto, ou seja, dos monitores, dos alunos e suas família, da comunidade onde a escola está inserida, bem como do poder público estabelecido, numa concentração de esforços e ações para buscar a melhoria da qualidade de vida do homem no meio rural.

Palavras-Chave: - Alternância - Casa Familiar Rural – Educação no Campo - Interdisciplinariedade - Pedagogia.

1) INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o intuito de discutir a importância da Educação no Campo, voltada para as características intrínsecas do seu meio, como elemento propulsor do desenvolvimento e na melhoria da qualidade de vida dos alunos egressos, suas famílias, bem como na comunidade onde a escola está inserida.

O ensino agrícola tradicional sofreu inúmeras modificações desde o seu surgimento no Brasil até os dias atuais e ainda predomina, na sua estrutura curricular, uma concepção de ensino bastante elitizada, voltada principalmente para o mercado e para uma exploração agrícola comercial baseada na monocultura de exportação. Este nível de ensino apresenta ainda uma formação estritamente tecnicista, oferecido em sua maioria em nível de ensino médio ou pós-médio.

Já o ensino fundamental oferecido pela escola pública, principalmente de 5ª a 8ª séries, apresenta um sistema escolar voltado basicamente para o mundo urbano, cujos conhecimentos são simplesmente transferidos para o meio rural, tendo como conseqüência a introdução de valores culturais e costumes urbanos, criando conflitos aos valores passados de geração para geração, os quais estão enraizados nas famílias e nas comunidades rurais onde os jovens residem, mas que geralmente não atendem às necessidades e aspirações suas e de seus familiares.

O ensino tradicional praticado atualmente no meio rural apresenta falhas de concepção, uma vez que a realidade rural é ignorada pelas autoridades responsáveis, faltando-lhes a compreensão de que o aluno residente no meio rural também é um

trabalhador-estudante, que possui compromissos e responsabilidades com a sua família e com sua própria sobrevivência, sendo que um jovem na faixa etária de 14 anos no meio rural já é um elemento indispensável na pequena propriedade de economia familiar, diferentemente de um jovem da cidade na mesma faixa etária. Dentro desta lógica, constatou-se um maior índice de evasão escolar e repetência de estudantes oriundos do meio rural, quando comparados com alunos originários do meio urbano.

É urgente a necessidade de estudar modelos educacionais alternativos de escolas voltadas para a educação rural, com formação geral, visando buscar soluções para os problemas enfrentados pelos jovens que residem nas propriedades agrícolas e querem permanecer estudando. Dentre algumas experiências de educação voltada para o meio rural que vêm ao encontro das necessidades e aspirações deste meio, temos a *Pedagogia da Alternância* - que constrói e desenvolve seus currículos de acordo com a realidade do campo, conciliando os estudos, com o trabalho na propriedade rural e sua família - desenvolvida nas Casas Familiares Rurais (CFRs).

O Brasil conta atualmente com centenas de escolas do campo que utilizam a Pedagogia da Alternância como proposta educacional, localizada em regiões cuja estrutura agrária predomina a agricultura familiar, com forte presença de mini e pequenos agricultores[1], com parcela significativa da população residente no meio rural. Então, faz-se necessário promover estudos mais aprofundados dessas formas diferenciadas de educação rural para verificar se estão ou não contribuindo para a permanência e melhoria da qualidade de vida do homem no meio rural.

Uma grande parte dos jovens das zonas rurais está deixando suas famílias e propriedades, migrando para os centros urbanos em busca de instrução e profissionalização que não são oportunizados em suas comunidades de origem. A Pedagogia da Alternância surge como uma possibilidade, através de uma educação voltada para o desenvolvimento agrário[2], contribuindo para diminuir o fluxo migratório dos jovens do meio rural para o meio urbano, e ao mesmo tempo proporcionar uma educação integral.

O Brasil, desde o período imperial, teve na agricultura uma alavanca que impulsionou o desenvolvimento de outros setores da economia e teve logo após seu descobrimento, a economia baseada no extrativismo (pau-brasil, minerais), na a exploração de produtos primários (açúcar, algodão, café e soja), produzidos principalmente pela chamada oligarquia agrária, que destinava esses produtos exclusivamente para o mercado exportador. Nesse período, utilizava-se um sistema de produção caracterizado pela utilização de grandes extensões de terras, tendo como base produtiva à monocultura[3] e a mão-de-obra escravocrata, que após a abolição passou a ser assalariada, chamado de modelo tradicional de produção agrícola. A instrução era voltada exclusivamente aos filhos da elite dominante agrária.

Passada a fase imperial, veio a República, cuja base econômica já não era mais o setor primário, caracterizado pela exploração agrícola. Tomava espaço na economia a industrialização concentrada nos centros urbanos, onde as oligarquias rurais, com ajuda do Estado, através de políticas direcionadas, promoveram uma inversão, no sentido de priorizar o desenvolvimento industrial, atraindo a população rural para estes centros.

---

[1] Pequeno Agricultor: Proprietário Rural que possui em torno de um módulo, que na região Sudoeste do Paraná varia de 18 a 20 ha, área suficiente para manter o sustento de uma família.
Mini Produtor: proprietário de imóvel rural que possui área menor que um módulo rural, insuficiente para manutenção de uma família, tendo necessidade de vender a força de trabalho a terceiros.

[2] Desenvolvimento Agrário: meio baseado na pluriatividade das atividades econômicas, que não se restringe exclusivamente às atividades agrícolas mas também a outros setores.

[3] Monocultura: Atividade agrícola explorada por apenas uma determinada cultura na mesma área.

Em virtude das transformações econômicas ocorridas, foi grande o fluxo de pessoas que migraram para os centros urbanos em busca de novas oportunidades de trabalho e de melhores condições de vida, pois nas cidades havia vários atrativos como: educação, transporte, lazer, energia elétrica, saneamento, moradia e saúde, infra-estrutura não encontrada no meio rural. As cidades tornaram-se atrativas, pois eram um sinônimo de desenvolvimento. Já o interior era considerado atrasasado e isso se tornou evidente devido à falta de políticas públicas que promovessem o desenvolvimento educacional, econômico e social por parte dos sucessivos governos, que contemplassem as pessoas que residiam no meio rural.

No século XIX, com a ocupação de imigrantes de outros países, principalmente europeus no sul do Brasil, nasce um novo modelo de agricultura hoje denominado "Agricultura Familiar", cuja predominância é a exploração de várias culturas em pequenas áreas de terras, com o objetivo de manter a subsistência alimentar, vendendo o excedente. Reforçando esse modelo, veio a abolição da escravatura no Brasil, a mão-de-obra agrária ganhou maior independência, surgindo outras formas de exploração da terra, com os meeiros, parceiros, arrendatários, que sonhavam com um pedaço de terra para manter independência em relação ao latifúndio concentrador e monopolista. Inicia-se a luta desses segmentos para maior autonomia e liberdade de trabalho.

Para autores-historiadores como Furtado (1959), Holanda (1976), Prado Jr (1984),

> foi a partir da segunda metade do século XIX que o Brasil acumulou condições importantes para desenvolver, ao lado da tradicional agricultura de monocultura de latifúndio, uma agricultura mais social, baseada na propriedade familiar. As bases sociais da nova agricultura originaram-se dos imigrantes, de pequenas parcelas de escravos alforriados e de descendentes portugueses que sofreram graves crises (até falência) em ciclos econômicos anteriores.(CAVALLET, 1999, p 23)

Apesar do surgimento da agricultura familiar, formado por minis e pequenos proprietários agrícolas, poucas ações por parte do governo republicano foram implementadas para consolidar este modo de produção, tanto é que a prioridade continuou sendo a monocultura (café e a soja) em grande escala para o mercado externo. Essa agricultura enquadrava-se dentro da lógica capitalista de produção caracterizada pelo uso intensivo de "tecnologias modernas" ou seja, o emprego de altas quantidades de fertilizantes industriais, agrotóxicos e maquinarias, bastante difundida a partir da metade do século, fase conhecida como *Revolução Verde*[4]. Todas essas tecnologias foram geradas em países desenvolvidos, assimiladas e adaptadas pelas nossas instituições de ensino, pesquisa e extensão e repassados aos agricultores. Com esta política de exclusão adotada pelos governos, aliada ao atrativo da industrialização nos centros urbanos, intensificou-se a migração de mini e pequenos agricultores para estes locais.

O processo de modernização capitalista da agricultura brasileira e suas conseqüências tiveram seus desdobramentos na realidade atual do meio agrário, provocando um aumento das desigualdades e um crescimento dos conflitos sociais, provocados pela concentração da posse da terra que está nas mãos de poucos, os chamados latifundiários[5].

---

[4]Revolução Verde: termo cunhado pela indústria multinacional, dado um conjunto de técnicas responsáveis pelo aumento significativo da produtividade das espécies cultivadas.(MOONEY, 1987) e (CAVALLET, 1999)

[5] Latifundiário: Produtor rural que possui grandes extensões de terras.

Segundo FAO/Incra (1994), citado por Cavallet (1999), sobre a ocupação social e propriedade da terra, evidenciando grandes diferenças entre a agricultura patronal em comparação a outras categorias:

> ...mostra que 75% da terra está nas mãos da agricultura patronal, que a utiliza acordo com a conjuntura econômica e política. Já as demais categorias[6], responsáveis pela geração de 80% da ocupação agrária e que tem na atividade agrícola praticamente sua única alternativa de vida, detém apenas 25% da área total.(CAVALLET, ibdi, p.27)

O baixo nível de escolaridade e o alto índice de analfabetismo no meio rural são obstáculos para a melhoria das condições de vida dessa parcela da população brasileira.

Ao apresentar os dados do IBGE referentes ao analfabetismo no Brasil, Cavallet (ibid) constata que há maior proporção de analfabetos na população residente no meio rural, se comparado com a urbana:

> ... relativo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1996, a população rural era de 31.850.015 habitantes[7].Portanto a população rural brasileira naquele momento era aproximadamente 25% do total. Pelos mesmos dados foi constatado um índice de analfabetismo na população com 7 anos ou mais, de 14,6%, sendo 10,5% na população urbana e 31,0% na população rural. (Cavallet, 1999:p.36)

Com relação ao nível de escolaridade, números apresentados por Corrêa (1998), citado por Cavallet (1999:p. 37), demonstram que "42,8% do total de um quarto da população brasileira que vive no meio rural não tem ao menos um ano de escola". Isto demonstra que o poder público pouco se preocupou em promover políticas educacionais que viessem suprir essas enormes desigualdades educacionais do meio rural em relação ao meio urbano.

Com o alto índice de analfabetismo e o baixo nível de escolaridade, os mini e pequenos agricultores não têm acesso às novas técnicas de produção, seguindo com as tecnologias mais rudimentares de produção, conseqüentemente, obtendo produtividades mais baixas, quando comparados com agricultores mais instruídos, que têm acesso a essas novas tecnologias.

> O camponês[8], tendo na agricultura o seu único meio de vida, obrigado a produzir para viver, formado no saber empírico da história, desprovido de informações e saberes atualizados, desamparado e impossibilitado de conseguir assessoria especializada, transforma a sua atividade econômica básica numa aventura diante da força de uma economia cada vez mais globalizada.(CAVALLET, ibid, :p. 40)

Pelo abandono educacional que se encontrava a agricultura de subsistência, surgiram propostas de educação mais adequadas ao meio agrário, as quais visaram aumentar o nível de escolaridade das pessoas residentes nesse meio, bem como desenvolver um ensino voltado à promoção da melhoria de condições de vida desses agricultores e suas famílias.

Entretanto, isso não ocorreu. A educação praticada no meio rural foi uma adaptação da educação praticada nas escolas urbanas, pois não levou em consideração as

---

[6] Demais categorias: Agricultura familiar já consolidada, agricultura de transição ou instável decorrente de diversos fatores e a agricultura periférica que é estritamente de subsistência.

[7]Não está incluída neste número a população rural dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima , Pará e Amapá. Os dados do meio agrário desses Estados ainda não foram coletados pelo PNAD.

[8] Camponês: Pessoa que habita ou trabalha no campo, que tem na atividade primária a principal fonte de renda.

peculiaridades do seu meio e as características sociais, ambientais, culturais do homem do campo, como prega a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LBD), em seu artigo 28.

"A escola rural tem que buscar alternativas próprias que melhor correspondem às necessidades sentidas e vivenciadas pelos trabalhadores rurais, tem, que ser criativa e não imitadora e copiadora da escola urbana". (PRETTI, 1987:p...)

Uma das propostas educacionais que visam promover a formação integral do adolescente e do jovem residente no meio rural, denominada de Pedagogia da Alternância.

Esta proposta teve sua origem na França, em 1935, denominado de modelo Escola Família Agrícola. Foi criado por iniciativa de um grupo de famílias residentes do meio rural, que propunham uma formação profissional aliada a uma educação humana para seus filhos. Atualmente, este projeto está presente nos cinco continentes e em trinta países, com uma mesma concepção: a responsabilidade e o entrosamento das famílias na formação dos jovens, no sentido de provocar o desenvolvimento global de seu meio.

No Brasil, este projeto educacional para o meio rural, surgiu em 1968, no Estado do Espírito Santo, em vários municípios, sob coordenação do MEPES[9], com o intuito de resolver, através de uma educação voltada mais especificamente para crianças e jovens, os problemas da ignorância e da pobreza da comunidade rural extremamente carente e excluída pela sociedade, empregando uma pedagogia adequada à realidade deles, preservando a identidade cultural destas crianças.

> No Brasil data de 1968 as Primeiras tentativas , quando no Município de Riacho das Almas, Espírito Santo, foi instalado uma escola que utilizava-se da Pedagogia da Alternância, denominada Escola família Agrícola. Naquela região os agricultores levados à miséria pelos longos meses de seca, começaram a se dedicar à fabricação de artesanato com cana, palha, couro e madeira. Eles enfrentavam problemas de quantidade de fabricação e venda muito intermediada. Com isso a escola surgiu e ajudou na melhoria da quantidade dos produtos para venderem em conjunto diretamente nos Centros de consumo, conseguindo desta maneira, preços quatro vezes superiores". (GOWACKI, 1997:p. 14)

Esta escola utiliza a Pedagogia da Alternância que vincula o conhecimento empírico dos agricultores com o conhecimento científico, alternando períodos em casa (propriedade) durante duas semanas, e períodos na Casa Familiar Rural (escola) durante uma semana. A metodologia de ensino não desvincula o estudante da família e nem da escola, pois dentro da estrutura metodológica prevista, as atividades curriculares têm parte desenvolvida na escola e parte na família. No tempo em que o aluno permanece na escola ocorre um aprofundamento do que acontece no meio familiar e conseqüentemente, ampliado os conhecimentos e relacionado a acontecimentos mais globais, esta metodologia de ensino busca superar a dicotomia entre a teoria e prática, o saber intelectual e saber popular.

2) A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E A AGRICULTURA FAMILIAR

A Pedagogia da Alternância foi uma das poucas propostas de educação rural voltada ao desenvolvimento integral do jovem do meio rural e que teve, indiretamente, reflexos na melhoria da qualidade de vida nas famílias e na comunidade onde essas escolas estão inseridas, não se atendo apenas temas rurais, mas também urbanos, garantindo na proposta a sua integralidade.

[9] MEPES: Movimento Educacional e Promocional do Espírito Santo

Como essa proposta de educação teve sua origem na região da França, em cujas comunidades o predomínio era da pequena propriedade, no Brasil também seguiu essa tendência, já que a introdução da proposta se dera no Estado do Espírito Santo, onde predominavam as pequenas propriedades. Também no Estado do Paraná, na Região Sudoeste, adotou-se, em dezenas de unidades, a Pedagogia da Alternância. Nesses municípios em que foram implantadas há uma situação agrária semelhante. Atendem, prioritariamente, a pequena propriedade, denominada também de Agricultura Familiar.

A agricultura familiar se diferencia das demais propriedades, devido às seguintes características: o tamanho da propriedade; a utilização da mão-de-obra, basicamente em regime de economia familiar; a renda é oriunda exclusivamente da propriedade; e a família reside na propriedade ou próximo.

Segundo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado pelo governo em 1996, são considerados agricultores familiares aqueles que exploram a terra na condição de proprietários, assentados, posseiros, arrendatários ou parceiros, e que atendam, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

a) Utilizar o trabalho direto seu e de sua família, podendo ter, em caráter complementar, até 2(dois) empregados permanentes e recorrer à ajuda eventual de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola exigir;
b) Ter, no mínimo, 80% da renda familiar originados da exploração agropecuária, pesqueira e/ou extrativa;
c) Residir na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo;
d) Não deter, a qualquer título, área superior a 4(quatro) módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor.

Segundo Martins (1990), citado por Perondi (1999, p. 03):

> Esses agricultores se caracterizam, portanto, por deter os seus meios de produção ao mesmo tempo que trabalham diretamente no estabelecimento rural, sendo definidos por muitos autores e instituições como: "agricultores familiares". Um conceito que abrange muitas categorias sociais, inclusive a do campesinado, uma conceituação política da pequena produção familiar rural.

De acordo com censo Agropecuário de 1985, da Fundação IBGE, citado Silva (1998):

> Os estabelecimentos de até 100 hectares, onde se presume estejam concentrados os estabelecimentos de agricultura familiar, as áreas somadas correspondiam na época cerca de 21% do total e respondiam por uma parcela significativa da produção do país, ou seja, 87% da mandioca, 79% do feijão, 69% do milho, 66% do algodão, 46% da soja e 37% do arroz produzido e 26% do rebanho bovino. (SILVA, 1998; 06).

A flexibilidade de adaptação a diferentes processos de produção e a variedade de fontes de renda (diversificação da propriedade e da renda) tornam a agricultura familiar indispensável na economia regional e nacional, desde que essas estejam estruturadas para isso. Todavia, para tanto, é necessário que os governos estimulem políticas governamentais que priorizem a agricultura familiar.

> O seguimento da agricultura familiar chega a superar a agricultura patronal na produção de carnes suínas e aves, leite, ovos, batata, trigo, cacau, banana, café, milho, tomate, mandioca e laranja. (...) a grande capacidade de absorver mão-de-obra a transforma numa alternativa socialmente desejada, economicamente produtiva e

> politicamente correta para evitar grande parte dos problemas sociais urbanos derivados do desemprego rural e da migração descontrolada na direção campo-cidade. (PRONAF, 1996).

Ao demonstrar a importância que exerce a agricultura familiar no desenvolvimento do meio rural, coloca-se a necessidade de estabelecer uma política educacional voltada para as pessoas que residem nesse meio, a fim de conseguir uma melhoria na qualidade de vida.

É com essa preocupação que o programa da Casa Familiar Rural está desenvolvendo uma proposta pedagógica que se identifica com os anseios dos agricultores familiares, pois, a partir da Pedagogia da Alternância abre-se a possibilidade de o jovem rural seguir seus estudos, profissionalizar-se, e, ao mesmo tempo, contribuir com sua mão-de-obra, indispensável na propriedade familiar, para o pleno desenvolvimento das atividades econômicas na propriedade e da família.

> A Escola Familiar Agrícola (EFA) foi se espalhando, principalmente nas regiões onde predomina a pequena propriedade familiar ou até coletivo-comunitário (é o caso de alguns países africanos). Quer dizer, onde quem trabalha e cultiva diretamente, a terra é também o dono dela. (ZAMBERLAM, 1996, p. 09).

Diferentemente de outros modelos tradicionais de ensino agrícola voltados principalmente para a profissionalização, seja de nível técnico ou de nível superior, nesse os jovens permanecem em período integral na escola, cujos currículos e conteúdos são ministrados de forma integral e contínua, não podendo o jovem disponibilizar da sua mão-de-obra no auxilio da propriedade, pois geralmente os estabelecimentos de ensino ficam distantes da propriedade, inviabilizando o acesso à educação profissionalizante. Já em nível de ensino fundamental, de 5ª a 8ª série, a educação rural oferecida, em sua grande maioria, pela Casa Familiar Rural, diferencia-se profundamente da educação rural regular oferecida no país em geral.

A educação rural tradicional parte de uma proposta pedagógica idealizada para o meio urbano transmitindo conteúdos, valores de cidadãos que não têm ligação com o meio onde está localizada a escola. A proposta de educação rural tradicional tem sua história, seus valores, seus conhecimentos, entrando em confronto com o saber do jovem rural.

> ... entendemos por educação rural como sendo aquela que parte da necessidade de estar diretamente relacionada ao seu meio e voltar-se à solução dos problemas aí evidenciados (...) a prática educativa no meio rural, que para a sua efetivação deve levar em consideração a realidade histórica do processo de transformação da mentalidade do homem da roça e o seu significado para a superação do processo de exploração inerente à sociedade de classes. (BATISTELA, 1997, p. 25)

Além das famílias do meio rural não poderem dispensar a mão-de-obra do jovem, outro fator determinante que impede acesso dos jovens rurais a cursos de nível médio ou superior é sua condição econômica.

A família, principalmente na pequena propriedade, não dispõe de recursos suficientes para possibilitar o ingresso e a permanência do jovem rural nesses níveis de ensino.

Segundo Zamberlam (1996), para a agricultura familiar, que ocupa apenas 20% (vinte por cento) da terra agricultável, e que produz a quase totalidade dos alimentos básicos consumidos pela população brasileira, deve haver uma educação rural que não seja discriminatória e elitista como as tradicionais e que atenda a essa significativa população rural constituída por pequenos proprietários.

> A EFA recusa o elitismo porque entende que é a maioria da população que produz a maior riqueza do país. Enfim a EFA aceita alunos que correm o risco de não passarem nos exames tradicionais, porque a diversidade dos indivíduos, sua heterogeneidade são frutos de vida social. As famílias responsáveis se preocupam com todos os filhos, com cada um individualmente e não só com alguns deles. Portanto a EFA em seu seio procura criar um ambiente educativo familiar, onde todos educam e são educados. Independentemente de suas capacidades. (ZAMBERLAN, ibid, p. 09)

Constatamos, então, uma ligação muito forte da Casa Familiar Rural através do sistema de funcionamento, bem como sua proposta pedagógica, com a agricultura familiar, com a educação não só do jovem que freqüenta a escola, mas de toda a família que está participando indiretamente desse processo educativo.

3) A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E O RESGATE DA CULTURA NO MEIO RURAL

Um dos significados gerais de cultura "constitui-se de um sistema de atitudes e modo de agir, costumes e instrução de um povo. Conhecimento geral.(BUENO, 1986, p.317)

> Na agricultura, em geral, a pequena propriedade envolve toda a família, isso quer dizer que, o trabalho agrícola como outras atividades, cria cultura e é fruto de uma cultura. Assim a cultura do meio rural é algo que pertence a todos, é um patrimônio de todos (ZAMBERLAM, 1ibid, p. 11).

Ao analisarmos a sociedade rural e a sociedade urbana podemos estabelecer as diferenças sob vários aspectos. Iremos nos deter nas diferenças ambientais e de trabalho das duas sociedades:

- A diferença ambiental: a sociedade rural está exposta ao contato direto com a natureza, já a sociedade urbana conhece a natureza por meios artificiais e não está a ela exposta de maneira obrigatória. No meio urbano, o trabalho sobre matéria pode, em grande parte, ser controlado pelo homem de uma forma ou de outra. No meio rural, o homem conta com elementos e formas que fogem absolutamente ao controle humano. Ele vive em relação íntima com a natureza e sabe qual é o seu limite, para melhorar ou controlar condições adversas ou favoráveis existentes.

- A diferença ambiental e de trabalho são fatores determinantes da necessidade do espaço físico para o exercício de sua ocupação: o homem urbano trabalha em ambientes reduzidos e reside em condomínios, bairros populosos; já para o homem rural, é necessário certa extensão de terra, com as residências menos densas: *A semelhança da ocupação, assim como o reduzido número de família, fará da comunidade rural um agrupamento humano mais homogêneo"*. (SPEYER, 1983, p. 50).

Quando analisamos a cultura de uma comunidade, é importante estudar a origem das pessoas, resultantes de migrações internas ou de imigrações internacionais, e deve considerar-se que qualquer sistema de educação que for adotado deve resgatar e manter os hábitos, os costumes dessas pessoas.

O relacionamento pessoal entre indivíduos urbanos também difere daquele entre indivíduos do meio rural. As pessoas, nas comunidades urbanas, se relacionam com outras, de acordo com as necessidades de seus trabalhos. Já no meio rural, o contato é mais reduzido por causa do menor número de pessoas que habitam na comunidade, mas, em compensação, o relacionamento é mais profundo.

> O contato humano urbano, na sua maior parte, é o relacionamento de indivíduos, condicionado pelo papel que desempenham no complexo social de que fazem parte. Ao contrário, o relacionamento no meio rural é de pessoas que se conhecem: conhecem sua história, seus relacionamentos, suas angústias, seus anseios. É evidente que esse nível de relacionamento também se pode atingir na cidade, mas o que se distingue aqui é a comunidade urbana e a comunidade rural: aquela é individualizada, esta é personalizada. (SPEYER, 1983, p. 51)

Então, na comunidade rural é necessário que a escola não fique isolada, mas que interaja e participe ativamente da comunidade onde estiver inserida.

> ... muitos dos problemas que afetam a população rural nos países subdesenvolvidos podem ser solucionados a nível de comunidade, com recursos comunitários, e com a intervenção de fora limitada à educação e à ajuda técnica. (STAVEHAGEM apud SPEYER, ibid, p. 57)

Apesar das peculiaridades vividas no meio rural, sejam elas através de fatores externos (clima e condições de trabalho) ou fatores internos (relações interpessoais, relacionamentos), percebemos que a política educacional brasileira nunca se preocupou com uma educação voltada para as aspirações e necessidades do povo residente no meio rural.

A agricultura é uma das atividades profissionais mais antigas do mundo, as técnicas de cultivo e criações passam de geração para geração, "os mais velhos puxando o trabalho, os mais novos ajudando nas tarefas mais simples" (ZAMBERLAM, ibid, p. 11).

Junto com a técnica passou-se um pouco de história de vida, dos valores, das relações pessoais e grupais. Mas com a modernização da agricultura, a educação rural profissionalizante teve um papel de negação desta condição. O saber popular, que foi historicamente construído, deu lugar a um ensino agrícola voltado simplesmente para o aumento de produtividade e produção, tendo o acesso à ciência e tecnologia como objetivo final da educação, quando deveria ser a realização do homem enquanto pessoa. Esta filosofia educacional seguiu um modelo capitalista no Brasil, evidenciado após a Segunda Guerra.

> Assim também o objetivo final da educação não é o desenvolvimento da ciência e da tecnologia – é a relação do homem como pessoa humana e que transcende o objetivo final desses conhecimentos e supõe o despertar da espontaneidade vital do educando e o alargamento constante de sua opinião. (SPEYER, ibid, p. 77).

Não podemos negar o avanço tecnológico gerado pela modernização na agricultura. O que não podemos é aceitar isso com um fim em si mesmo. A educação rural necessita apropriar-se dela para aprimorar o processo produtivo, necessita também resgatar os valores e conhecimentos empíricos em domínio dos agricultores para que estes se sintam valorizados e possam adotar tecnologias que respondam às suas necessidades e peculiaridades, não sendo uma imposição e sim uma adequação da tecnologia em beneficio da qualidade de vida.

É necessário também que a educação valorize os costumes, as crenças, a música, isto é, a cultura como um todo, para que o agricultor, representado pelo jovem, possa cada vez mais ter gosto pela vida campesina, resgatar a autoconfiança e auto-estima e que possa sentir orgulho de ser agricultor e exercer sua profissão com dignidade.

4) EDUCAÇÃO E TRABALHO NO MEIO RURAL

Como podemos construir um modelo pedagógico que seja capaz de articular e integrar o mundo da vida, da educação, do trabalho e da comunidade no meio rural? A Pedagogia de Alternância consegue, pois, contemplar esse anseio.

Para Batistela (1997, p. 45), o significado, segundo o dicionário global da língua Portuguesa, explica a alternância como sendo alteração que, por sua vez, significa ato ou efeito de alternar, revezamento. Do Latin – Alternatione – a primeira significação de alternância, enquanto aplicada à prática pedagógica e a relação escolar – trabalho.

Batistela (1997, p.46) define Pedagogia da Alternância como sendo "alternância de tempos de estudo e de períodos de trabalho". Esta mesma linha é seguida pelo autores D. Chartier (1982), A. Duffaure (1985), B. Crepeau, P. Mignen e G. Bourgeon (1979).

Esses autores destacam que o tempo de estudo não se vê interrompido pelo tempo de trabalho, pois o período de trabalho na propriedade agrega-se ao estudo, de forma a constituír períodos sucessivos de estudo que se alternam entre a escola e o trabalho.

Na forma tradicional, o tempo de trabalho é visto como momento de aplicação da teoria. Esta prática é vazia e fortemente reforçada no modelo atual de educação para o meio rural. A Pedagogia de Alternância tem uma diferente visão, com orientação nova, que encontra na relação educação e trabalho a realização de períodos sucessivos de ensino devidamente coordenados um ao outro: "...é necessário conceber e idealizar uma pedagogia que seja verdadeiramente a ciência de formação do trabalhador na sua dupla função de trabalhador e de homem". (NASCIMENTO,1995, p.28)

A Pedagogia de Alternância trabalha em sincronia com a escola e o trabalho, fazendo com que o jovem continue estudando e ao mesmo tempo não se desvincule da família, auxiliando com sua mão-de-obra; além disso, a proposta proporciona outras funções no desenvolvimento do meio;"... promover o desenvolvimento tecnológico, econômico e sociocultural da família do aluno, e conseqüente da comunidade, propiciando-lhe condições de fixar-se ao seu meio". (AZEVEDO, 1998, p 117):

Apesar de a Pedagogia da Alternância ter surgido há décadas na França, ela utiliza processos avançados de ensino-aprendizagem:

> Por empregar, na execução do processo de ensino-aprendizagem, princípios educativos modernos, tais como o envolvimento e a participação dos pais na educação formal dos filhos e na gestão da escola, embasamento teórico construtivista e adoção de método dialético de ensino, a Pedagogia da Alternância constitui-se numa proposta educacional inovadora. (AZEVEDO, 1998, p.117)

5) A INTEGRAÇÃO ESCOLA-COMUNIDADE

5.1. Integração com a Família.

A formação, nesses períodos sucessivos, considera o crescimento de todos e de cada pessoa, implicando em declarado compromisso com a família e o meio.

Para que o crescimento ocorra, é necessário que a educação em alternância tenha uma associação de base familiar e profissional, que seja responsável pela sua gestão, orientação e formação. A equipe de animação e formação é composta por monitores, dirigentes de estágio, da família, de profissionais habilitados, por técnicos e pela comunidade em geral.

Segundo Batistela (1997, p. 48), a família é suporte da ação educativa no meio rural, primordialmente em dois planos:

1. No plano intelectual: Cada família participa na formação de seu filho, seja através do levantamento de sua realidade e acompanhamento de experiência, seja na discussão dos elementos apontados.
2. No plano coletivo: em associação, a família é parte ativa na gestão da escola, da educação e formação dos filhos.

5.2. Integração com o Meio.

Há uma predominância no meio pedagógico atual em situar a vida do aluno em sua plenitude. O aparato indispensável para a concretização efetiva desse projeto de educação é a interação com o lugar, através da análise completa das ações que são fundamentais, ocasiões de participação do meio enquanto totalidade do mundo da vida do indivíduo, da família e da comunidade.

A alternância entre educação e meio concretiza o espaço de controle e precisão da formação, como espaço de verificar a aquisição de certas técnicas de trabalho pessoal; espaço para controlar o **saber fazer**, e não apenas a aquisição do conhecimento. Na prática da alternância consolidam-se ações efetivas sobre o meio, isto significa que a educação volta-se para o desenvolvimento do mesmo, como na aquisição de novas técnicas e que influem na relação entre o jovem estudante, sua família e a comunidade.

Segundo Crepeauu e Mignen (1979), citados por Batistela (1997; 50-51), entre as ações alternantes para a modificação e melhoria do meio, destacam-se:

1. Participação Familiar: esta iniciativa permite a todos interrogarrem-se sobre a situação dos alunos. A interação dos pais com a vida da escola permite a formação de uma idéia precisa sobre o plano de ação elaborado a partir da experiência concreta dos mesmos.
2. De maneira clara este momento oportuniza um questionamento da situação profissional da família. A descrição das atividades da escola permite evidenciar um processo recíproco de desenvolvimento, como também visualizar o processo alcançado conjuntamente.

Nota-se, então, que esta proposta propicia uma participação ativa da família na educação do jovem e do seu crescimento também com o processo.

Esse relacionamento, integrando a educação com o trabalho e a família, oferece ao jovem oportunidade e comprometimento de inserção, de experimentação, de diálogo e de responsabilidade.

A relação entre educação (jovem) e o trabalho, educação-família e educação-meio, estabelece a necessidade de colher informações, observar e participar das atividades contextuais e familiares, primeiramente.

Desta forma, a vida extraclasse (trabalho) apresenta-se como centro das discussões e a alternância possibilita o nível de transferência de conhecimento de uma geração a outra, e resgata as relações positivas entre as gerações, prejudicada por uma relação desvinculada:

> Normalmente quando o jovem sai do meio rural para freqüentar a escola de tempo integral ele vai perdendo gradativamente o vínculo com a família. O jovem retornando ao seio da família após a conclusão de seus estudo, por ter atingido um nível cultural diferenciado, dificilmente consegue dialogar com seus pais (AZEVEDO, ibid, p.119).

5.3. Integração com a Comunidade

Além da relação constante do jovem e da família, outro elemento fundamental da alternância é o de proporcionar aos envolvidos um espaço dinâmico de formação e ao mesmo tempo de modificação do meio.

Quando analisamos a educação rural não podemos desvincular o envolvimento comunitário na realização coletiva da educação.

É esta dimensão da alternância da educação com a comunidade que dá à educação a significação de um momento do meio sem a conotação restrita e fechada de escola, pela sua intervenção no processo de inovação e desenvolvimento de todo o contexto.

A inexistência da relação entre a educação e a comunidade é eliminada pela alternância, através da tomada de consciência da atividade profissional como fonte de formação; pela participação da família (comunidade) e de todo o contexto, que contribui na ação educativa; e, pela sua organização em torno da associação, provocando interrogações e meio, promovendo o crescimento e transformação dos envolvidos.

6.0. FUNCIONAMENTO DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NA CASA FAMILIAR RURAL

A Casa Familiar Rural é destinada principalmente a jovens rurais, entre 14 e 25 anos, de ambos os sexos, que tenham escolaridade mínima de 4ª série do 1º grau, e que pretendem continuar no meio rural.

Com uma formação de três anos, o jovem conclui o ensino fundamental, utilizando a Pedagogia da Alternância como proposta de Educação Rural voltado para realidade familiar e de seu meio.

Através da Pedagogia da Alternância, o conhecimento teórico é trabalhado na escola com a vinculação do conhecimento prático vivido na propriedade, ou seja:

Uma semana na Casa Familiar Rural: O jovem coloca em comum sua realidade, busca novos conhecimentos para resolução dos problemas, recebe uma formação geral integrada na formação técnica, recebe também uma formação humana e social, através de palestras, seções, e promove o desenvolvimento de espírito de grupo. Passado o período na escola, o aluno volta a sua propriedade.

Duas semanas na propriedade: O aluno discute a realidade da propriedade com a família de forma reflexiva; levanta os problemas e planeja as ações sempre com a participação da família; realiza experiências na propriedade (realidade); e irradia novas técnicas para outros agricultores da comunidade.

Quando os jovens estão em suas propriedades, a equipe de monitores faz as visitas para verificar o desempenho do jovem, suas dificuldades em aplicar aquilo que aprendeu anteriormente na escola.

Para dar suporte a essa pedagogia, a Casa Familiar Rural deve possuir: a) uma estrutura administrativa atuante que garanta o seu bom funcionamento - geralmente, essa estrutura é composta pela Associação das Famílias da região onde a mesma está situada; b) um Estatuto que orienta o funcionamento e a gestão; c) uma equipe de monitores e de entidades locais que elegem o Conselho de Administração.

Para ARCAFAR[10] (1995), o Conselho de Administração deve conduzir ações que expressem a vontade dos pais, dentro dos objetivos da Casa Familiar Rural: Ensino-Educação-Plano de Formação, cujas ações devem ser discutidas com os monitores e aprovadas em assembléia geral. Também é de responsabilidade do conselho viabilizar e gerir os recursos para o funcionamento da escola, como contratação e despesa de monitores e recrutamento de novos alunos com ajuda dos monitores.

7.0. INTERDISCIPLINARIEDADE E TEMAS GERADORES

O currículo na Casa Familiar Rural contempla a formação geral e a específica: a parte destinada à formação geral constitui-se pelas disciplinas: Português, Matemática, Geografia, História, OSPB e Ciências; e a outra parte, destinada à formação específica para o trabalho no meio rural, é composta pelas disciplinas de: Zootecnia, Agricultura, Economia Rural, Horticultura e trabalhos. Ambas são desenvolvidas de forma interdisciplinar, dentro dos temas geradores.

Nesse viés, um dos maiores educadores brasileiros, Paulo Freire, criou Temas Geradores no processo de alfabetização de camponeses facilitando o processo de ensino-aprendizagem, melhorando a compreensão do conteúdo proposto.

> Advertidos destas relações, os educadores darão o máximo de atenção à escolha das palavras geradoras, bem como à redação dos textos de leitura. Estes devem levar em conta homens e mulheres em seu contexto em transformação. Não podem ser meras narrações da nova realidade, nem tampouco revestir-se de sentido paternalista. (FREIRE, 1981, p. 25)

Analisando como exemplo, o currículo do primeiro ano de um Plano de Formação, de acordo com os objetivos gerais traçados, o aluno, ao término do ano, será capaz de:

- Estabelecer relações sociais baseadas no espírito de cooperação, de solidariedade e de participação nos processos do cotidiano escolar, familiar e comunitário;
- Relacionar os conhecimentos do meio rural, a manutenção dos hábitos culturais e a preservação ambiental;
- Reconhecer-se como parte integrante da família, assumindo suas características sociais, econômicas e culturais;
- Desenvolver a linguagem oral e escrita, considerando sua importância na comunicação interpessoal e coletiva;
- Reconhecer as características do meio em que vive, relacionando-as a dimensões mais amplas para atingir aqueles objetivos estabelecidos. Parte-se para o trabalho de três

Temas Geradores centrais:

a) FAMÍLIA

- Resgatar a origem e os valores culturais da família rural, assumindo-os e integrando-os à sua vida .
- Reconhecer a importância da participação na família e nas atividades desenvolvidas no meio rural.

b) **TERRA**

- Valorização da terra como fonte de vida, reconhecendo a necessidade de sua preservação.

c) ALIMENTAÇÃO

[10] Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil.

- Considerar a alimentação como um fator indispensável à sobrevivência dos seres vivos, usando-a adequadamente, em prol da qualidade de vida.

Os conteúdos trabalhados de forma interdisciplinar dentro dos Temas Geradores são fundamentais para a proposta pedagógica.

> A prática da interdisciplinariedade é uma medida eficaz para eliminar o problema da fragmentação dos conteúdos programáticos, transmitidos através de diferentes componentes curriculares (...) é necessário que haja no planejamento e replanejamento de ensino um trabalho coletivo, já que todos vão realizar juntos a seleção dos conteúdos de cada componente, procurando interagir multidisciplinarmente os conhecimentos que serão transmitidos aos alunos. (AZEVEDO ,1998, p.122)

A interdisciplinariedade é uma caminhada no processo educativo que objetiva, em última instância, a realização do homem como pessoa, em todas as suas dimensões, superando o individualismo, a desesperança, o desajustamento, emfim, problemas existenciais oriundos de uma visão fragmentadora do conhecimento. Integram política e socialmente o jovem em seu meio.

> A interdisciplinariedade, portanto, propõe uma orientação para o estabelecimento da esquecida síntese dos conhecimentos, não apenas pela interação de conhecimentos produzidos nos vários campos de estudo, de modo a ver a realidade globalizante, mas, sobretudo, pela associação dialética entre dimensões polares, como por exemplo teoria e prática, ação e reflexão, generalização e especialização, ensino e avaliação, meios e fins, conteúdos e processos, indivíduo e sociedade, etc. (LUCK, 1994, p. 51–52)

A Pedagogia da Alternância, diante da problemática da estaticidade do currículo e da fragmentação das disciplinas, presente de maneira geral na educação formal, fomenta um movimento progressivo na aquisição do conhecimento e no estudo das disciplinas, levando em conta também que sucessivamente o jovem evolui, seu centro de interesse aumenta, sua capacidade ou responsabilidade amplia-se e sua maturidade afirma-se gradativamente.

A alternância resgata, com isso, uma realidade integrativa entre o teórico e o prático, entre a educação e o meio, vencendo a dicotomia sentida na educação rural tradicional entre a vida cotidiana e a educação. Essa integração sistemática e progressiva representa um significativo avanço no sentido de garantir uma educação motivadora, inovadora e participativa.

Portanto, a Pedagogia da Alternância na CFR adota um currículo que é construído pela própria comunidade envolvida: pais, monitores, alunos e entidades, em consonância com a realidade do aluno. Os conteúdos trabalhados pelos professores são dinâmicos, atrativos, vivos, e despertam o interesse do aluno. O docente utiliza os recursos didáticos de forma participativa e motivadora, na construção de novos conhecimentos.

O currículo empregado na Casa Familiar Rural apresenta dois componentes importantes e diferenciais, em comparação a uma escola tradicional. Trata-se dos **Temas Geradores** e a I**nterdisciplinariedade,** os quais propiciam ao jovem a construção do conhecimento a partir do seu meio e evitam que os conteúdos programáticos sejam ministrados de forma fragmentada e dicotomizada pelos professores em cada ciclo de estudo, havendo uma conexão, interligação e articulação dos mesmos.

Os componentes curriculares são trabalhados de maneira articulada entre si, possibilitando ao aluno, no final de um período de estudo ou de um curso, uma visão global do todo (propriedade, família, comunidade).

Desta forma, a atividade pedagógica docente torna-se interessante para o aluno, pois os conteúdos trabalhados na escola terão uma aplicação prática no seu cotidiano, além de proporcionar ao discente uma educação voltada ao desenvolvimento intelectual e profissional, como também um desenvolvimento da família e da comunidade onde ela estiver inserida.

> A Pedagogia da Alternância não se apresenta como uma panacéia milagrosa para resolver todos os males da educação nacional. Entretanto, em virtude de priorizar o desenvolvimento do processo de transmissão/assimilação de novos conhecimentos através do construtivismo, contextualizar os conteúdos a serem trabalhados na realidade do aluno e buscar a articulação horizontal e vertical de tais conteúdos dentro dos diferentes componentes curriculares, a Pedagogia da Alternância capacita-se a pelo menos reduzir as causas dos problemas anteriormente apontados". (AZEVEDO, ibid, p.121)

De maneira sucinta, descrevemos os princípios, os objetivos e a metodologia, bem como as etapas e os principais instrumentais da Pedagogia da Alternância nas CFRs, os quais são pautadas basicamente na participação efetiva do aluno, sua família, sua comunidade, sob a coordenação dos monitores, seja na elaboração da organização pedagógica, seja na estrutura financeira e logística de que a escola necessita para o seu bom funcionamento. Nesse processo, abre-se um espaço para que todos tenham voz e vez na discussão de uma escola que não apenas eduque o jovem, mas participe ativamente no desenvolvimento econômico, social e cultural de toda a comunidade envolvida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressaltamos a contribuição que a Pedagogia da Alternância trouxe para a educação dos jovens agricultores onde esta prática foi implementada de maneira correta.

Ao se analisar a Pedagogia da Alternância nos seus aspectos históricos, tanto em âmbito mundial, com seu início na França, quanto no Brasil, especificamente a partir de sua implantação no Estado do Espírito Santo, fica patente que ela surgiu em comunidades cujas maiores dificuldades eram: o analfabetismo, a pobreza e o êxodo rural dos pequenos agricultores. Em virtude dessas dificuldades, iniciou-se um processo de discussão, envolvendo toda a comunidade e entidades com igreja, sindicatos de agricultores, para encontrar soluções para esses graves problemas.

As discussões apontaram para a construção de uma proposta pedagógica para a educação naquelas comunidades diferente daquela do ensino tradicional praticada, cujo enfoque era urbano e que negligenciava as características próprias da comunidade, e que ia, aos poucos, provocando, assim, um desaculturamento do grupo social e um êxodo, principalmente dos mais jovens, para a cidade. A elaboração de uma proposta pedagógica que buscasse solucionar os problemas detectados foi implementada. A Pedagogia da Alternância que conseguiu dar respostas aqueles problemas, apontou também alternativas de desenvolvimento econômico, social, ambiental e educacional, não só dos jovens, mas de suas famílias e da comunidade envolvida.

A pequena propriedade, denominada *agricultura familiar*, se identifica plenamente com os princípios da Pedagogia da Alternância porque ela possibilita aos jovens aliarem períodos de trabalho nas propriedade e de estudo na escola, fazendo com que esses agricultores permaneçam junto à família e continuem tendo acesso à escolarização, a novas

tecnologias, bem como a outras atividades econômicas que proporcionem aumento de renda na propriedade e uma melhor qualidade de vida.

Outro fator positivo em relação à esta proposta pedagógica, foi a possibilidade do resgate cultural da profissão dos agricultores envolvidos, de suas origens étnicas, de seus costumes, aliado à preocupação com a profissionalização dos agricultores, estimulando-os para seguir nesse ofício secular, de modo a assumir a profissão de agricultor, apesar de tão marginalizada em nossos tempos, com orgulho e com a certeza de que é possível tirar da terra a sua sobrevivência e de sua família, de forma digna e com qualidade de vida.

A Pedagogia da Alternância adotada nas Casas Familiares Rurais deve estar vinculada e inserida na dinâmica de desenvolvimento local. Por isso, a integração Escola-Comunidade é importante, fazendo com que a família, a sociedade, como um todo, devem participar efetivamente da escola, e esta esteja em sintonia com os anseios e aspirações da comunidade.

A concretização dessa relação orgânica entre a escola e a comunidade está na elaboração do Currículo Escolar, cujos temas deverão ser abordados durante os três anos de estudos. Estes são definidos pela escola, através dos monitores com a efetiva participação da comunidade, representada pelas entidades organizadas (associação de pais, sindicatos, igrejas etc.), de acordo com a necessidade da comunidade e do perfil dos jovens agricultores egressos dessas escolas.

A proposta pedagógica, em alternância, adotada nas Casa Familiares Rurais, possibilita que os temas que serão abordados no Plano de Formação sejam trabalhados de forma participativa, utilizando uma metodologia de ensino que estimule a participação dos alunos nos **temas geradores**, fazendo com que o estudante se torne o sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem. A Pedagogia da Alternância, via temas geradores, utiliza-se, também, no processo ensino-aprendizagem, a interdisciplinariedade, fazendo com que os conteúdos das disciplinas sejam trabalhados de forma integrada, isto é, os conhecimentos específicos e gerais trabalhados de forma dialética, visando uma educação que proporcione ao jovem uma formação técnica e humana, ou seja, de caráter integral.

Pelo que tenho pesquisado sobre a Pedagogia da Alternância adotada nas CFRs, posso dizer que esta em muito contribuiu para a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos, de suas famílias e de suas comunidades, pois tem possibilitado:

- O resgate da autoconfiança e auto-estima de agricultor, assumindo a agricultura enquanto uma importante profissão dentro da economia. ;
- A formação de líderes que atuam na organização dos agricultores
- Aos jovens que já haviam parado seus estudos, ou que não estavam tendo um bom desempenho na escola tradicional, um recomeço, com uma educação voltada para a realidade do seu dia a dia.;
- A melhoria no relacionamento pessoal, pois os jovens perderam a timidez, devido ao convívio com monitores, colegas de aula e outras pessoas do círculo de convivência nos momentos que passavam na escola;
- Melhoria na qualidade de vida, mediante o aumento da renda na propriedade e da adoção de novas tecnologias ou introdução de novas atividades econômicas, e mudanças nos hábitos alimentares ou higiênicos;

O projeto das CFRs só terá êxito no município ou na comunidade, se for assumido por toda a sociedade seja urbana ou rural, em todas as fases do processo da discussão, da implantação e na manutenção da escola, que deva ser assumido de fato esse projeto pelos monitores, pela família, pela associação, devendo a escola estar inserida dentro do desenvolvimento local.

É grande a possibilidade de que esses jovens egressos continuem na propriedade, desde que haja, por parte do poder público, políticas de incentivos á produção como o PRONAF Jovem, visando criar oportunidade de trabalho e renda ao jovens egressos, mas também de outras políticas que levem ao bem estar ao homem no meio rural, como de habitação, transporte, esporte e lazer, cultura.

Concluo, portanto, afirmando que a Pedagogia da Alternância adotada no Brasil, tem contribuído efetivamente para a melhoria da qualidade de vida dos egressos, suas famílias e a comunidade onde a mesma está inserida, pois se trata de uma proposta democrática e participativa, cujo ponto forte é a metodologia dialógica presente entre os agentes envolvidos nesse processo.

É evidente que propostas educacionais como essa devem estar inseridas num contexto de desenvolvimento rural do município e contar com a participação ativa de todas as entidades organizadas, pois a escola sozinha não resolverá os diversos problemas enfrentados no meio rural, mas ela pode se constituir em um núcleo central de aglutinação de forças e esforços para a sua resolução.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

ALVES, R. C. P. **Análise de Uma Escola Familiar Agrícola como Proposta Pedagógica Para o Meio Rural.** Viçosa - MG, 1994.

ASCIUTTI, C. M.. **A Formação Técnico-Profissional e a Pedagogia da Fábrica nas Indústrias Químicas do Grande ABC – São Paulo.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos /Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasília-DF, 1994.

ARCAFAR, **Projeto de Implantação do Curso de 1º Grau Supletivo – Função Qualificação em Agricultura nas Casas Familiares Rurais - Escola do Campo.** Barracão-PR, 1995.

_____, C**asas Familiares Rurais -** Guia Informativo**.** Barracão - PR, 1994.

_____,. **Manual das Casas Familiares Rurais.** Barracão - PR, 1995.

_____, C**asas Familiares Rurais -** Boletim Informativo**.** Barracão – PR, 2000.

AZEVEDO, A..A. **A formação de técnicos agropecuários e a alternância no Estado de São Paulo: uma proposta inovadora.** Tese de Doutorado, Marília; 1998.

BATISTELA, A. C. **Filosofia e Posicionamento Para a Educação no Meio Rural Pedagogia da Alternância.** Dissertação de Mestrado, Porto Alegre – RS, 1997

BUENO, F. S.. **Dicionário escolar da língua portuguesa.** Rio de janeiro- RJ, Ed. FAE/MEC, 11ª edição, 1986

CAVALLET, V. J. A **formação do engenheiro agrônomo em questão:** A expectativa de um profissional que atenda as demandas sociais do século XXI. Tese de Doutorado, São Paulo, 1999.

CENAFOR, **Escolas Agrícolas de 2º Grau - Brasil 1972.** São Paulo: Fundação Cenafor,1973.

_____, **Escolas Agrícolas de 2º Grau da área primária no Brasil .** Um estudo quantitativo e qualitativo. São Paulo-SP; Convênio Cenafor/INEP,1975.

DECRETO Nº 2706 DE 25/10/72.Transfere para a Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Ensino Agrícola, da Secretaria da Agricultura.

DEMO, P. **Avaliação Qualitativa**. 3ª Ed. Cortez, São Paulo-SP, 1991.

FLORES, S.M.. **Desempenho da Pedagogia da Alternância nas Casa Familiares Rurais de Barracão e Santo Antonio do Sudoeste.** Monografia apresentada para conclusão

do Curso de Especialização em Educação de Adultos, PUC, Curitiba, 1995.

FONSECA, Maria T.L. **A EXTENSÃO RURAL NO BRASIL, UM PROJETO EDUCATIVO PARA O CAPITAL**, São Paulo, Edições Loyola, 1985.

FREIRE, P. **PEDAGOGIA DA AUTONOMIA; Saberes necessários à prática educativa.** 13ª Ed. São Paulo-SP: Paz e Terra, 1999.

_____, P. **Extensão ou Comunicação.** 9ª Ed. São Paulo-SP: Paz e Terra,1988.

_____, P. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª Ed. Rio de Janeiro-RJ; Paz e Terra, 1987.

_____, P. **Ação cultural para a liberdade.** 5ª Ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1981.

_____, P. **CONSCIENTIZAÇÃO: teoria e prática da libertação.** 3ª Ed. São Paulo; Moraes, 1980.

GYLLI, P. **Estudos Sobre Pedagogia da Alternância.** Texto mimeografado, Curitiba - PR,1995.

GNOATTO, A. A. **A Casa Familiar Rural e a Pedagogia da Alternância.** Dissertação de Mestrado, Marília –SP, 2000

GOWACKI, C. F. **A EDUCACÃO NA CASA FAMILIAR RURAL.** Monografia , Francisco Beltrão - PR; 1997.

KEHRLE, José, **Evolução do Ensino Profissional no Brasil :** uma visão Crítica. São Paulo: Cenafor, 1980. Prêmio Cenafor, 1980.

LDB. **As Novas Diretrizes da Educação Básica .** Trabalho publicado pelos gabinetes dos deputados Irineu Colombo e Nedson Micheleti, Brasília- DF,1997.

LUCK, H.. **Pedagogia Interdisciplinar: Fundamentos Teórico Metodológicos.** Petrópolis - RJ, Ed. Vozes, 4ª edição, 1994.

LUDKE, M.. **PESQUISA EM EDUCAÇÃO: Abordagens Qualitativas.** São Paulo:EPU, 1986.

MACHADO, L. M. **Ensino Agrícola no Estado de São Paulo: Introdução ao estudo da relação trabalho-educação.** Marília-SP, 1992. Dissertação de Mestrado.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.** Brasilia- DF, 1996.

NASCIMENTO, M. E. P. **A Pedagogia de FRENET, Natureza, Educação e Sociedade.** Campinas-SP. Ed. UNICAMP, 1995.

PERONDI,M. A. **As Estratégias de Produção de Sitiantes no Oeste de Minas Gerais e de Colonos no Sudoeste do Paraná.** Dissertação de mestrado. Lavras – MG, UFLA, 1999.

PESSOTTI, A L. **Ensino Médio Rural: as contradições da formação da Alternância.**Secretaria de Produção e Difusão Cultural, UfES; Vitória - ES, 1995.

PRETTI, O., org. **A Educação no meio rural: Limites e Possibilidades.** Cuiabá, UFMT/PROED, Imprensa Universitária, 1987, 53 p. (Série: Cadernos de Educação, 1).

PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES PELA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA. Apostila da Associação da Casa Familiar de Sulina - PR. S/d.

PROJOVEM: A Experiência do Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais, Editado por Fernando Curi Peres; colaboração de Ines Gatti...(et al.). Piracicaba-SP USP/ESALQ/DIBD/EXAGRI, 1988. 138 p.

REGIMENTO ESCOLAR, Associação Regional das Casa Familiares Rurais, Escola do Campo Casa Familiar Rural, Pato Branco-PR, 1996.

REVISTA DO MEPES, Movimento de Educação Promocional do Espirito Santo.25 Ano de História, Anchieta-ES, 1996.

RIBEIRO, M.L. S. "**História de Educação Brasileira: a organização escolar"**,8ª Edição - São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1988.

SCHIPANSKI, C. E. **História da Educação em Guarapuava: Quatro Décadas de Ensino Agrícola Profissionalizante.(1954 - 1994)** Dissertação de Mestrado, Guarapuava, 1995.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Habilitações Técnico em Agropecuária e Técnico Florestal.** Curitiba, 1993.

SILVA, N. L. S. **Metodologia para Determinação de Índice de Sustentabilidade de Unidades Familiares de Produção Agropecuária no Oeste Catarinense.** Dissertação de Mestrado. Florianópolis – SC, 1998.

SPAGNOLO, F.. **Escola e Educação para o Trabalhador no Meio Rural.** PRÊMIO CENAFOR, São Paulo-SP; 1982.

SPEYER, A . M.. **EDUCAÇÃO E CAMPESINATO: Uma educação para o homem do meio rural.** São Paulo: Edições Loyola , 1983.

ZAMBERLAM, S. **Pedagogia da Alternância, Escola da Família Agrícola.** MEPES. Anchieta- ES, 1996.

SZMRECSANYI, T.,**Pequena História da Agricultura no Brasil**", São Paulo, Ed.Contexto, 1990.

WACHOWICZ, R. C. **PARANÁ, SUDOESTE: Ocupação e Colonização.** 2ª Ed. Curitiba - PR; Ed. Vicentina, 1987.